

A inserção institucional do psicólogo em equipe interdisciplinar: calar ou deixar falar a especificidade?*

Eduardo Larrat**

Resumo

Este trabalho pretende abordar a questão da inserção do psicólogo em equipe interdisciplinar de saúde, considerando-a a partir da perspectiva da Análise Institucional. Não se trata de uma especialidade reservada ao psicólogo, mas um campo de saber ao qual este terá acesso pela própria especificidade de sua formação. Calar ou deixar falar o que há de particular em seu conhecimento da dinâmica do grupo interdisciplinar ao qual pertence, em quais momentos optar por cada caminho, as possibilidades, os impasses e as exigências éticas deste ofício serão alguns dos pontos analisados.

Introdução

As dificuldades iniciais da escolha deste tema por ocasião da apresentação do trabalho neste X Fórum da Residência em Psicologia Clínico Institucional nos servirão como a melhor introdução que posso fazer aos problemas que a seguir serão abordados. Por qual dos oito setores que compõem o programa da residência este trabalho poderia ou deveria ser apresentado, a quais motivações pessoais, grupais e institucionais esta escolha atende? Partindo da constatação de que na maior parte dos setores a orientação de nossa prática de trabalho não tem na Psicologia Institucional uma referência central, destacada ou, ao menos, presente como campo de atuação e formação profissional, este trabalho encontra-se igualmente sem lugar à medida que esta área de saber e intervenção não está institucionalizada no programa da residência.

Se este campo não é reconhecido, senão formalmente pelo nome do programa (Especialização em Psicologia Clínico-Institucional Modalidade Residência Hospitalar), se as aulas e grupos de estudo não abordam esta temática, se as supervisões não enfocam nossa atuação a partir deste viés, se nós residentes ou psicólogos que trabalhamos em atendimento clínico-hospitalar não reconhecemos que nossa prática

seja também institucional, mas apenas em instituição, por que razões, fora a excentricidade deste autor, insisto na pertinência deste trabalho?

A primeira delas é que considero que se o psicólogo detém uma formação mínima em dinâmica de grupos, análise institucional, Psicologia social, enfim, se alimenta, ainda que ocasionalmente, algum interesse sobre os fenômenos de grupo, negar a especificidade de sua inserção no interior de uma equipe interdisciplinar parece-me impossível. Obviamente, cada componente de um grupo ao se reconhecer como seu membro está automaticamente fazendo uma representação psíquica do mesmo, no entanto, seu olhar sobre o grupo não estará instrumentado conceitualmente pelos mesmos referenciais teóricos e técnicos do psicólogo. Este trabalho tem, portanto, como pressuposto que há especificidade na inserção do psicólogo dentro dos mais diversos grupos e que aquilo que a caracteriza é seu aparato teórico que tem na dinâmica do funcionamento dos grupos seu objeto de reflexão.

O segundo ponto a ser considerado tem por princípio a exigência ética de que uma maior consciência implica em uma maior responsabilidade. Ao concebermos que os grupos e as instituições não se formam ao acaso, que têm uma dimensão histórica e um objetivo, ainda que este tenha sido há muito perdido de vista, entendemos os desvios e os desvirtuamentos dos grupos e instituições como sinais da estereotipia e burocratização através dos quais o grupo mantém sua existência, mesmo que às custas de seus objetivos iniciais. Este processo de conscientização funda-se nas bases teóricas das diferentes correntes que compõem o Movimento Institucionalista, incluindo a Análise Institucional de Lourau e Lapassade e a Esquizoanálise de Deleuze e Guattari. Como Baremlitt (1998) afirma, estas diferentes escolas têm em comum o fato de se apoiarem em uma proposta de “deflagrar nas comunidades, nos coletivos, nos conjuntos de pessoas, processos de auto-análise e autogestão”.

Não é a proposta deste trabalho nem destes autores afirmar a especificidade do saber teórico e técnico como uma forma de garantir a exclusividade do mesmo como analisador privilegiado da situação grupal. Em vez disso, queremos ressaltar apenas que a participação do psicólogo em equipe interdisciplinar pode colaborar para a deflagração, muitas vezes necessária, como pretendo demonstrar, de um processo analítico grupal.

Alguns princípios teóricos da proposta

Antes de darmos prosseguimento a este trabalho, será necessária uma rápida revisão teórica de alguns conceitos que consideramos úteis para o entendimento do que proponho como uma possível intervenção do psicólogo nestes grupos. Não será nossa prioridade aprofundar qualquer discussão teórica, mencionaremos portanto o mínimo necessário para que se possa acompanhar o percurso deste trabalho.

Não defenderei aqui a idéia de que o psicólogo inserido em uma equipe interdisciplinar de saúde deva fornecer atendimento clínico (ambulatorial ou de enfermaria) aos seus pacientes, por um lado, enquanto, por outro, faça análise institucional com a equipe a qual pertence. Em vez disso, proponho que sua inserção tome, em algumas ocasiões, um viés institucional que mais adiante justificaremos sua necessidade. Com este propósito em mente, passemos à teoria.

Partiremos de uma definição de instituição que, tal como Bleger (2001) propõe, consiste em um “conjunto de normas e padrões e atividades agrupadas em torno de valores e funções sociais”. Baremlitt (1998), apoiando-se na teoria de Lapassade e Loureau, escreve:

“Uma instituição é um sistema lógico de definições de uma realidade social e de comportamentos humanos aos quais classifica e divide, atribuindo-lhes valores e decisões, algumas prescritas (indicadas), outras proscritas (proibidas), outras apenas permitidas e algumas, ainda, indiferentes. Estas lógicas podem estar formalizadas em leis ou em normas escritas ou discursivamente transmitidas, ou podem ainda operar como pautas, quer dizer, como hábitos não-explicitados. As citadas lógicas se concretizam ou se realizam socialmente em formas materiais ou “corporificadas” que, segundo sua amplitude, podem ser: organizações, estabelecimentos, agentes e práticas”. (pgs. 87-88)

Entretanto, além deste caráter positivo, através do qual a instituição conhece a si mesma, há em seu seio o aspecto negativo que faz com que desconheça a si própria. O Movimento Institucionalista em suas diferentes correntes, ora fundamentadas no Marxismo, ora na Psicanálise, ora em ambos, de forma mais ou menos ortodoxa, verá neste não-saber o objeto de sua proposta analítica. Lapassade (*apud*, Magalhães, 1986) vê que nesses grupos “há uma dimensão oculta, não analisada e, portanto, determinante: a dimensão institucional”.

Antes de avançarmos mais nos problemas relacionados às instituições, tal como a cristalização de papéis, a burocracia, a alienação, a arbitrariedade das decisões verticais, etc., consideramos importante que nos detenhamos um pouco sobre a gênese dos grupos e na passagem destes a instituições (ação instituinte).

Sartre (*apud*, Magalhães, 1986) propõe uma gênese ideal, ou “mítica” dos grupos que se dará em oposição à serialidade que o precede. Ilustra sua tese a partir de um exemplo onde a série corresponde a uma aglomeração de pessoas que não se vinculam entre si, que não possuem um senso de unidade. Esta só poderá ser dada a partir de uma observação exterior, não fazendo parte da experiência destes componentes. Um exemplo de coletividade em série é o de um grupo de pessoas em uma fila de ônibus. O grupo opõe-se à série na medida em que entre seus componentes a “necessidade individual é sentida como necessidade comum. (...) Cada um não é o único a fazer a operação totalizante que constitui o grupo”. Assim, nesta oposição entre a serialidade e o grupo, podemos conceber duas tendências distintas que estarão em tensão permanente na vida de um grupo: coesão e dispersão. Será, então, a partir de uma defesa da coesão contra a dispersão que poderemos pensar o surgimento da instituição. Forma-se de maneira explícita e/ou implícita um pacto entre seus componentes que consiste, grosso modo, no seguinte juramento: “cada um controla a liberdade do outro e faz com que o outro controle a sua. Será traidor aquele que se separar do grupo”. Sartre, a respeito deste pacto grupal que fundará a instituição, escreve:

“A partir daí, a organização do grupo é o objetivo imediato. (...) O grupo define, controla, corrige a práxis comum. A organização é definida como a operação do grupo sobre si mesmo: a organização passa a ser sinônimo de distribuição de tarefas e funções. Entretanto, a unidade do grupo é apenas prática. Nunca terá a estabilidade de um organismo. O grupo organizado funda sua estabilidade sobre uma reciprocidade de inércias comprometidas. Essa unidade nunca alcançada revela o

perigo de dissolução do grupo. Contra o terror da dissolução na série, o grupo institui o terror. Assim, o “grupo-terror” se opõe ao “grupo-vivo” do início, provocando a passagem da organização à instituição. A prática do grupo se transforma em instituição no dia em que o grupo é impotente para modificá-la sem subverter-se a si próprio. Na instituição, as tarefas e funções cristalizam-se em obrigações. Surge a figura do poder, a autoridade de comando. O consenso do grupo torna-se desnecessário: tudo já está estabelecido. Instaura-se a burocracia: o grupo perde a vida que o impregnava e volta à seriação, ao prático inerte”. (Sartre, apud Magalhães, pg.111)

Entendemos agora que a gênese das instituições se funda em um jogo de oposições entre tendências de coesão e dissipação, estabilidade e renovação. Devemos ressaltar que G. Lapassade critica a idéia corrente que tende a identificar o conceito de instituição ao “instituído” retirando o dinamismo que a instância complementar do “instituinte” lhe confere. Assim, em uma determinada instituição, podemos reconhecer o movimento criativo instituinte que é uma resposta a uma demanda que o grupo reconheceu como sua. Esta própria demanda, por sua vez é historicamente determinada, de modo que não está livre da crítica que expõe seu caráter relativo, ideologicamente determinado. Tal crítica se estende, inclusive, às demandas ditas “naturais”. Mas, apesar de também carregar consigo um determinado nível de alienação, de não saber, não podemos negar que este movimento instituinte seja movido por “forças produtivo-desejante-revolucionárias”. O instituído, por sua vez, é fruto de um acabamento, uma cristalização deste processo que tem sua realização máxima na organização, com sua “distribuição hierárquica de funções, que se realizam geralmente dentro de um edifício, área ou espaço delimitado” (Bleger, op cit.)

Lembremos que uma vez formada a instituição, o “instituinte” não deixa de existir. Mas tenderá a ser socialmente reprimido. Fadado a existir na clandestinidade, que será tanto maior quanto sua expressão representar uma ameaça ao “instituído” e seu pacto de silêncio. Segundo Magalhães, existirão como “analísadores naturais” no seio da sociedade, das organizações. Podem ser compreendidos “pela própria existência dos grupos desviantes, das redes informais, das crises institucionais, do movimento de massas, ou seja, pela “negatividade” em todas as suas formas de manifestação”. Aqui incluiremos também os conflitos, brigas, incomunicabilidade, rebeldias, revoltas estereis, arbitrariedades, etc. Nestes “analísadores” a Análise Institucional encontrará sua matéria privilegiada.

Barembliitt (1998), ressalta que não deveremos esperar grandes êxitos desta modalidade de intervenção. Contra ela se levantarão as mais fortes oposições (quando não pela força, por tentativas de recuperação e incorporação) das forças instituídas, das ideologias, “do sistema” e, por que não dizer, das pessoas que compõe estes grupos institucionais.

Apesar deste trabalho ter dado maior ênfase à terminologia marxista para expressar as resistências dos grupos à mudança, não devemos nos esquecer que o Movimento Institucionalista, em algumas correntes apóia suas formulações também ou apenas na teoria Psicanalítica. Não devemos estabelecer, por nossa maior afinidade a qualquer destas correntes, um oposicionismo artificial entre indivíduo e grupo. Bleger (*op cit*) afirma que este equívoco parte da suposição artificial de que

“os indivíduos existem isolados e se reúnem para formar os grupos e as organizações (...) O ser humano antes de ser pessoa é sempre um grupo, mas não no sentido de que pertence a um grupo, e sim no de que sua personalidade é o grupo” (pg. 119).

Ilustração

Tendo por base estas orientações teóricas, apresentaremos agora algumas situações a partir das quais proponho que o psicólogo possa realizar algumas intervenções, ainda que de alcance limitado, nestes grupos interdisciplinares do qual faz parte. Denominarei estas intervenções de inserção institucional, de modo a diferenciá-las entre o que seria próprio de uma intervenção formal (institucionalizada) e o que caracterizaria uma intervenção que encontra sua motivação inicial na especificidade de sua formação (das áreas humanas) em relação à equipe interdisciplinar de saúde, mas que não se apóia nesta especificidade para ocupar dentro da equipe o lugar do especialista. Neste sentido, encontramos uma ótima inspiração na Esquizoanálise de Deleuze e Guattari, uma vez que apóiam que esta pode ser realizada por qualquer pessoa (contanto que tenha incorporado os seus princípios) e em qualquer lugar. De um modo amplo concebem a Esquizoanálise como a busca de...

“...uma compreensão de como as determinações alienantes do sistema, responsáveis pela dominação, pela exploração e pela mistificação, estão presentes em cada uma de nossas atividades vitais, as afetivas, as sentimentais, as econômicas, as políticas, as artísticas, as relações com os outros e as relações conosco mesmos.” (Baremblytt, 1998)

A Situação

O primeiro exemplo de uma situação grupal onde podemos observar este jogo de forças entre instituído e instituinte será retirado de um grupo de discussão de casos atendidos no ambulatório multiprofissional do NAI (Núcleo de Atendimento ao Idoso). Nestas reuniões, juntam-se profissionais de diferentes áreas da saúde, inclusive da Psicologia, para a partir da leitura de um prontuário, discutir condutas que possam ser aplicadas naquele caso. Em um determinado período deste grupo instituído, observou-se um grande esvaziamento destas reuniões. Aqueles que ficavam não deixavam de expressar suas insatisfações, ora a partir de comentários do tipo: “que saco!”, ora pela ausência total de implicação que caracterizava suas participações burocráticas.

Podemos pensar este breve exemplo a partir de diferentes perspectivas. Optei, contudo, por desenvolver aqui uma breve análise considerando os analisadores informais, a burocratização e os meios de defesa ao movimento instituinte que acabam por tomar como sentido principal do grupo a sua própria existência, ainda que se perca de vista seus objetivos fundadores.

O que falam estes analisadores informais (esvaziamento, presença burocrática e reclamações), quando tomam a via da informalidade diante da repressão social à sua

palavra? Entendemos que expressam a falta de sentido que para eles, ou para todo o grupo, se os pensarmos pelo papel de porta vozes, que possa estar representando a existência desta reunião. Contra estas expressões subversivas, reage-se com a exigência burocrática da lista de presença. Cabe-nos perguntar. A presença exigida através de um meio burocrático não será ela também burocrática?

Mas mesmo esta exigência não atingiu o efeito esperado e diante da possibilidade de dissolução, ainda que informal, do instituído, a chefia do serviço teve a sensibilidade de propor uma reunião onde discutiríamos que orientações este grupo de discussão de caso seguiria a partir de então. Nesta reunião pensamos o que não estava dando certo neste grupo e fizemos algumas propostas que poderiam reorientar esta prática de modo que nós participantes não estivéssemos alienados em relação ao que produzíamos. Uma medida neste sentido foi a de que escolheríamos para discussão casos de pacientes que os integrantes (ou, pelo menos, um integrante) da equipe conhecessem ou acompanhassem.

Este momento de repensar a função daquele grupo teve sua importância, embora não tenha resolvido definitivamente os problemas apresentados. Mas não esperávamos que esta solução definitiva ocorresse, o que implicaria em uma nova cristalização de papéis, procedimentos, em alienação e burocratização.

Considerações finais

Retornemos agora à questão inicial que motivou este trabalho. Tendo o psicólogo à sua disposição estas orientações teóricas, seus conhecimentos em Psicologia Social e dinâmica de grupos, não pode em certas ocasiões colaborar como analisador das situações grupais? O exemplo acima ilustra que a inserção institucional – papel de analisador – não está restrita aos especialistas, embora possa se beneficiar muito de sua atuação. No caso apresentado, os não-ditos institucionais, expressados e atuados como sintomas grupais foram compreendidos pela médica que chefia o ambulatório do NAI. O estagiário de Psicologia também participou ativamente desta reformulação, inserindo-se como analista institucional naquela ocasião, sem que a partir daí assumisse que seria esta sua participação nas reuniões de equipe.

Insisto, não é esta a atuação que defendo. Um certo afastamento (ausente neste caso) é necessário para que este trabalho institucional ocorra formalmente. Pensar a atuação do psicólogo institucional dentro da equipe interdisciplinar que ele faz parte é equivalente a conceber que um terapeuta de família conduza o tratamento da sua própria família. Contudo, não devemos negar que a formação do psicólogo tem particularidades que a tornam bastante diferenciada das formações biomédicas das áreas da saúde. Conseqüentemente, sua inserção será diferenciada à medida que está instrumentado teoricamente para observar determinados fenômenos grupais, institucionais. O que proponho é que em determinadas circunstâncias o psicólogo possa deixar falar a especificidade de sua inserção na equipe interdisciplinar da qual faz parte. Atuará, assim, não como especialista, mas como o desencadeador de um processo já iniciado pelos 'analisadores informais". Como escreve Lapassade (apud Magalhães):

“Torna-se evidente que a repressão institucional não pode ser suprimida pelo trabalho exclusivo dos especialistas. A análise não pode preparar a crise das instituições; é esta, ao contrário, que provoca a análise, a produz e a socializa... É o analisador que precede, funda e conduz a análise... Os analisadores produzem, ao mesmo tempo, a análise e os analistas”. (op cit, pág. 121)

Entendemos que esta inserção de âmbito institucional não é tão simples quanto à impressão que o exemplo escolhido possa ter deixado. Pensamos que seria facilitada se o psicólogo residente em formação, que tem uma estada limitada no trabalho em equipe nos setores do hospital pelos quais passa (muitas vezes, um período de seis meses) apoiasse esta possível modalidade de atuação em um trabalho que já tivesse sido realizado pelos profissionais que o antecederam ou pelo staff que atue no setor. Apesar disso, algumas vezes as crises que envolvem os grupos e instituições tomam certas dimensões que devemos nos perguntar se, ainda que em condições que não são as ideais e com uma atuação limitada, não teríamos por princípio ético que assumir uma intervenção institucional? Penso que sim.

Referências Bibliográficas

BAREMBLITT, Gregório. *Compêndio de Análise Institucional e Outras Correntes: Teoria e Prática*. 4a ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1998.

BLEGER, José. *Temas de Psicologia: entrevista e grupos*. 2a. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MAGALHÃES, Priscila M. de. “Síntese crítica da teoria dos grupos em George Lapassade” In: BAREMBLITT, G. *Grupos: Teoria e Técnica*. 2a. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986.

Notas

* Este trabalho filia-se ao NAI/UnATI sob a supervisão de Glória Castilho e apresentado no X Fórum de Residência em Psicologia Clínico-Institucional, em maio de 2006.

** Psicólogo, Residente do 2º ano do Programa de Residência em Psicologia Clínico-Institucional do IP/HUPE/UERJ.